

## **A PROVÁVEL INEVITABILIDADE DA RENEGOCIAÇÃO**

Luiz Carlos Bresser-Pereira

*Gazeta Mercantil*, 01.10.1982

Há poucas dúvidas de que o Brasil caminha para a renegociação da sua dívida externa. Renegociarmos, entretanto, nas piores condições, sem possibilidade de estabelecermos os termos básicos do re-escalonamento da dívida.

As recentes medidas tomadas pelo Governo, principalmente a elevação do depósito compulsório de 35% para 45%, imediatamente em seguida à reunião do Fundo Monetário Internacional, são uma tentativa de aplacar os banqueiros internacionais e evitar a medida. O Governo brasileiro, incapaz de definir uma política econômica alternativa, aprofunda sua política recessiva de ajustamento do balanço de pagamentos, subordinando-se inteiramente aos banqueiros internacionais. O presidente do Banco Central foi a respeito meridianamente claro quando declarou: “a elevação do compulsório é uma medida para quebrar as expectativas inflacionárias e dar sinal à comunidade internacional de que o Brasil está disposto a adotar uma política de austeridade para solucionar seus problemas de balanço de pagamentos”. Entretanto, apesar dessas medidas, é pouco provável que o Brasil possa evitar um pedido de renegociação. A dificuldade que o país está encontrando neste ano para fechar seu balanço de pagamentos é muito grande. Por outro lado, nossas necessidades de dólares só tenderão a aumentar nos próximos anos, dado o grande déficit em transações correntes que os serviços e os juros nos impõem.

Por que, então ouvimos insistentemente declarações contra a renegociação, quando ela vai se tornando cada vez mais inevitável? Isto acontece porque os entrevistados são geralmente banqueiros internacionais, banqueiros nacionais e membros do Governo. Ora, só em último caso essas pessoas farão declarações a favor da renegociação, ainda que estejam percebendo sua inevitabilidade: os banqueiros internacionais porque querem

continuar recebendo pontualmente seus créditos, os banqueiros nacionais porque precisam renovar e aumentar seus débitos, e o Governo porque, mesmo que esteja planejando solicitar a renegociação, só poderá declará-lo no momento da decisão, jamais antes.

Quem poderia prever e eventualmente sugerir a renegociação são os analistas independentes. O objetivo não seria deixar de pagar a dívida, mas simplesmente providenciar a renegociação em um momento ainda relativamente favorável para o país, no qual suas reservas não estivessem ainda esgotadas. É isto que os economistas da oposição vêm fazendo há tempo. Mas é isto que outros economistas que também seriam independentes recusam-se a perceber. Revelam assim uma miopia congênita que os impede de perceber o que está ocorrendo. Ao invés de usar de seus instrumentos de análise econômica para avaliar quais as possibilidades reais que o Brasil tem de não ser obrigado a renegociar a dívida, e assim orientar as ações do Governo, preocupam-se em “demonstrar” as conseqüências catastróficas de uma renegociação.

Não há dúvida que renegociar a dívida em situação de ruptura de caixa será o pior que nos poderá acontecer. O melhor seria continuarmos a girar a nossa dívida, sem ao mesmo tempo nos subordinarmos às políticas recessivas dos banqueiros internacionais. Entretanto, como tudo indica que essa alternativa não é viável, a outra alternativa é a de (1) definirmos uma política econômica austera, que assegure, equilíbrio da balança comercial através de medidas de controle administrativo das importações e de recessão setorial ao invés de recessão generalizada (já que só faz sentido recessão para os setores com alto coeficiente de importações); e ao mesmo tempo (2) darmos uma demonstração de força (e não de fraqueza, como estamos fazendo), exigindo da comunidade financeira internacional o re-escalonamento da dívida e garantias de que continuaremos a ter os recursos necessários para manter a economia brasileira funcionando.

O importante, no momento, para os economistas e empresários independentes é fazer uma avaliação objetiva das tendências do endividamento externo brasileiro e do sistema financeiro internacional. Se o desenvolvimento só tende a aumentar e se o sistema financeiro internacional, amedrontado pelas recentes quebras, só tende a se fechar, não resta outra alternativa para o Brasil senão tomar providências em tempo hábil para

minimizar seus prejuízos. O único problema é saber se há ainda tempo para isso. (Gazeta Mercantil, 01/10)